

CADERNO DE ENCARGOS

“AQUISIÇÃO DE RÁDIOS PORTÁTEIS PARA O SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL”

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a – Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a – Prazo de vigência do contrato.....	4
Cláusula 4. ^a – Local da entrega dos bens.....	4
Cláusula 5. ^a – Disponibilização dos bens.....	5
Cláusula 6. ^a – Inspeção e testes.....	5
Cláusula 7. ^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	6
Cláusula 8. ^a – Aceitação dos bens.....	6
Cláusula 9. ^a – Garantia técnica.....	7
Cláusula 10. ^a – Preço Base.....	8
Cláusula 11. ^a – Preço contratual.....	8
Cláusula 12. ^a – Revisão/atualização de preços.....	9
Cláusula 13. ^a - Condições de pagamento.....	9
Cláusula 14. ^a - Obrigações da entidade adjudicatária.....	10
Cláusula 15. ^a – Sigilo e confidencialidade.....	12
Cláusula 16. ^a - Prazo do dever de sigilo.....	13
Cláusula 17. ^a – Proteção e tratamento de dados pessoais.....	13
Cláusula 18. ^a - Penalidades contratuais.....	15
Cláusula 19. ^a - Extinção do contrato.....	15
Cláusula 20. ^a – Resolução por parte da entidade adjudicatária.....	16
Cláusula 21. ^a Resolução por parte da entidade adjudicante.....	16
Cláusula 22. ^a – Suspensão do contrato.....	17
Cláusula 23. ^a - Força maior.....	18
Cláusula 24. ^a - Caução.....	19
Cláusula 26. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	20
Cláusula 27. ^a – Patentes, licenças e marcas registadas.....	20
Cláusula 28. ^a Conflito de interesses e imparcialidade.....	21
Cláusula 29. ^a – Compromisso ambiental.....	21
Cláusula 30. ^a – Comunicações e notificações.....	21
Cláusula 31. ^a - Contagem dos prazos.....	21
Cláusula 32. ^a - Gestor do Contrato.....	22
Cláusula 33. ^a - Foro competente.....	22
Cláusula 34. ^a - Legislação aplicável, interpretação e validade.....	23
PARTE II – CLÁUSULAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	24
Cláusula 35. ^a – Objeto.....	24
Cláusula 36. ^a – Entrega dos bens.....	24
Cláusula 37. ^a – Inspeção qualitativa dos bens.....	24
Cláusula 38. ^a – Características e especificações técnicas dos bens.....	25

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Rádios Portáteis para o Serviço Municipal de Proteção Civil**, conforme a descrição constante na “**PARTE II - Cláusulas e Especificações Técnicas**” do presente caderno de encargos, e que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.ª – Contrato

- 1.** O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2.** O contrato a celebrar integra ainda, nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do referido artigo 96.º, os seguintes elementos:
 - a)** O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela entidade adjudicante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
 - b)** Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - d)** O presente caderno de encargos;
 - e)** A proposta adjudicada;
 - f)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
 - g)** Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
- 3.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pela entidade adjudicatária nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e execução do contrato, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes, nos termos do disposto no artigo 51.º do citado diploma legal.

Cláusula 3.ª – Prazo de vigência do contrato

1. A entidade adjudicatária obriga-se a proceder à entrega dos bens objeto do presente contrato, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, a contar da receção do inerente Compromisso/Requisição Externa de Despesa.
2. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens objeto do contrato e à verificação técnica do seu funcionamento, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. O presente contrato terminará quando se verificar uma das seguintes situações:
 - a) Atingir o prazo de execução do contrato;
 - b) Celebração de Acordo de Revogação entre as partes.

Cláusula 4.ª – Local da entrega dos bens

1. A entrega dos bens fica a cargo da entidade adjudicatária no Serviço Municipal de Proteção Civil, sito no Complexo Logístico - Estrada da Arregaca, nº 8, Pinhal – Óbidos, durante o horário normal de funcionamento (Segunda-feira a Quarta-feira das 8.00 horas e as 17.00 horas, Quinta-feira das 08:00 às 16:00 e Sexta-feira das (08:00 às 12:00) ou em horário a combinar com a entidade adjudicante, no prazo proposto na sua proposta, em respeito pelo limite máximo estabelecido no presente caderno de encargos.
2. A entidade adjudicante, obriga-se a conceder ao adjudicatário o acesso às suas instalações para a entrega dos bens objeto do contrato, acordando o horário em que essa entrega poderá ser realizada.

3. A permanência do adjudicatário nas instalações da entidade adjudicante, deverá ocorrer dentro das horas normais de expediente, salvo em situações devidamente justificadas, desde que autorizadas.

Cláusula 5.ª – Disponibilização dos bens

1. A entidade adjudicatária obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa/inglesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, nomeadamente os manuais técnicos ou guias de segurança.

2. Os bens devem ser entregues nos dias úteis, em data e horário a combinar com a entidade adjudicante.

3. A entidade adjudicatária é responsável por todos os danos causados em pessoas e bens decorrentes, direta ou indiretamente da entrega dos bens objeto do contrato.

4. A entidade adjudicatária é responsável perante a entidade adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

5. Todas as despesas e custos com transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos, designadamente, licenças, guias de transporte ou outros exigidos por lei, que devem acompanhar os bens desde o local de embarque até ao local de entrega são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 6.ª – Inspeção e testes

1. Efetuada a entrega dos bens, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiros por ela designados, procede, no prazo de 15 (quinze dias), à inspeção qualitativa do mesmo, com vista a verificar, respetivamente, se o mesmo corresponde às caraterísticas, especificações e requisitos previstos, em especial técnicos e operacionais, nos termos e condições estabelecidos na “PARTE II – Cláusulas e Especificações Técnicas ” do presente caderno de encargos, que dele fazem parte integrante, e de acordo com a proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. É realizada uma inspeção técnica, para que seja aferido se os bens se encontram em perfeitas condições de aceitação por parte da entidade adjudicante.
3. Durante a fase de realização de testes, a entidade adjudicatária deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 7.^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar por escrito, a entidade adjudicatária.
2. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicatária deve proceder à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações, substituições e/ou ações necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações, substituições e ou ações necessárias pela entidade adjudicatária, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.
4. No caso de continuarem a existir defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, a entidade adjudicante poderá rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.

Cláusula 8.^a – Aceitação dos bens

1. Caso a inspeção a que se referem as cláusulas anteriores comprove a total operacionalidade dos bens, objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e nela não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do final da inspeção, um Auto de Receção ou documento equivalente, assinado pelos representantes de ambas as partes.

2. Com a aceitação dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o adjudicatário.

3. A assinatura do documento referido na parte final do n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na “PARTE II – Cláusulas e Especificações Técnicas” do presente caderno de encargos.

Cláusula 9.ª – Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda/garantia dos bens objeto do presente procedimento, a entidade adjudicatária garante os mesmos, pelo prazo previsto na Lei, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos dos mesmos, que se revelem a partir da respetiva aceitação.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

- a)** O fornecimento, incluindo montagem e instalação, e ou a integração de quaisquer peças ou componentes;
- b)** A desmontagem de peças, componentes e ou bens defeituosos, desconformes e ou discrepantes, bem como de peças de desgaste rápido;
- c)** A reparação ou substituição de peças, componentes ou bens defeituosos, desconformes e ou discrepantes;
- d)** O fornecimento, incluindo montagem e instalação de peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e)** O transporte dos bens ou de peças ou componentes defeituosos, desconformes e ou discrepantes para o local da sua reparação ou a substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega de peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f)** A deslocação ao local da instalação/entrega;
- g)** A mão-de-obra.

3. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar a entidade adjudicatária, para efeitos da respetiva reparação/substituição.

4. A reparação/substituição prevista na presente cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável, fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que se destina.

Cláusula 10.^a – Preço Base

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o preço base, montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar é de **6.166,03€ (seis mil cento e sessenta e seis euros e três cêntimos)**.

2. Ao valor referido no número anterior acresce IVA à taxa legal em vigor.

3. O preço referido no número um, inclui todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a prestação objeto do contrato, designadamente, despesas com pessoal, deslocações, obtenção de documentos ou obrigações fiscais.

4. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 11.^a – Preço contratual

1. Pela entrega dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar à entidade adjudicatária, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos a deslocações, alimentação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. No caso de contrato de aquisição de bens o preço contratual corresponde ao valor máximo que a entidade adjudicante poderá pagar ao adjudicatário, sendo o montante a pagar sempre ajustado às reais quantidades de bens adquiridos.

4. Quaisquer atividades diretamente relacionadas com a entrega dos bens objeto do contrato a celebrar e que decorram da normal execução do mesmo, mas que não estejam especialmente previstas e que venham a ser aconselhadas por força das circunstâncias, consideram-se como prestações acessórias, não dando lugar a qualquer pagamento para além do que ficar contratado.

Cláusula 12.^a – Revisão/atualização de preços

Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

Cláusula 13.^a - Condições de pagamento

1. Nas condições de pagamento a apresentar pela entidade adjudicatária não podem ser propostos adiantamentos por conta da aquisição de bens, sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e seguintes do CCP.

2. A(s) quantia(s) devida(s) pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior deve(m) ser paga(s) no **prazo máximo de 30 (trinta) dias** após a receção por esta da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(ais) só pode(m) ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva, sendo imprescindível que faça referência ao **número do compromisso e número de requisição externa de despesa** que contempla.

3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.

4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo documento contabilístico adequado, nota de crédito.

5. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Óbidos, sito no Edifício dos Paços do Concelho, Largo de São Pedro, 2510-086 Óbidos, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem identificar:

- a) O objeto do contrato;
- b) O número do compromisso;
- c) O número de requisição externa de despesa .

6. Nos termos do artigo 12.º do Decreto-lei n.º 28/2019, de 15 de Fevereiro, e da redação atual do n.º 10 do artigo 36.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, a(s) fatura(s) podem, mediante aceitação do destinatário, ser emitidos sob via eletrónica, considerando-se garantida a autenticidade da origem e a integridade do conteúdo se adotado um dos seguintes procedimentos:

- a) Aposição de uma assinatura eletrónica qualificada;
- b) Aposição de um selo eletrónico qualificado;
- c) Utilização de um sistema de intercâmbio eletrónico de dados (EDI), através da empresa parceira Yet, do grupo Primavera;

7. Nos casos em que o segundo outorgante não tenha adotado ainda a faturação eletrónica, a(s) fatura(s) deverão ser emitidas em nome de Município de Óbidos e remetidas para a morada Largo de São Pedro, 2510-086 Óbidos, ou através do email contabilidade@cm-obidos.pt.

8. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas nos números anteriores da presente cláusula não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º CCP.

Cláusula 14.ª - Obrigações da entidade adjudicatária

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência as seguintes obrigações principais, a saber:

- a) Efetuar a entrega dos bens de acordo com o estipulado no caderno de encargos, nas restantes condições constantes da proposta adjudicada e em conformidade com legislação própria;
- b) Obrigação de cumprir escrupulosamente as condições contratuais;

- c)** Disponibilização dos bens identificado na “PARTE II – Cláusulas e Especificações Técnicas” do presente caderno de encargos, no preço constante da proposta adjudicada;
- d)** Entrega dos bens no prazo máximo estipulado na cláusula 3.ª do presente caderno de encargos;
- e)** Entrega dos bens no local previsto na cláusula 4.ª do presente caderno de encargos;
- f)** Garantir a conformidade e a operacionalidade dos bens entregue;
- g)** Obrigação de garantia técnica dos bens;
- h)** Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega dos bens objeto do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, logo que deles tomem conhecimento, nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- i)** Manter atualizados todos os documentos de habilitação;
- j)** Manter o sigilo e garantir a confidencialidade;
- k)** Obrigação de não alterar as condições do fornecimento dos bens objeto do contrato fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- l)** Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, assim como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- m)** A entidade adjudicante pode a qualquer momento, exigir os documentos que ache necessários para a boa compreensão do processo de aquisição dos bens;
- n)** É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

2. Da celebração do contrato também decorre para o adjudicatário a obrigação de informar a entidade adjudicante das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes, designadamente:

- a)** Aos poderes de representação no contrato de fornecimento celebrado;
- b)** Ao nome ou denominação social;
- c)** Ao endereço ou sede social;
- d)** A quaisquer outros factos que alterem de modo significativo a sua situação jurídica;

e) Atribuir, indicar e garantir um gestor de contrato que possa ser contactado no âmbito das questões técnicas ou comerciais decorrentes do fornecimento dos bens.

3. A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4. São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização de patentes, marcas registadas ou licenças. E, caso se verifique infração, a entidade adjudicatária terá de indemnizar a entidade adjudicante em todas despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 15.^a – Sigilo e confidencialidade

1. Todos os elementos entregues pela entidade adjudicante ou que o adjudicatário venha a ter conhecimento no âmbito do presente procedimento, bem como em fase de execução do contrato, são fornecidos sob reserva de confidencialidade, não podendo ser divulgados por qualquer forma, sem prévia autorização escrita da entidade adjudicante, restringindo-se a sua utilização ao prosseguimento do fim a que se destinam.

2. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus trabalhadores venham a ter acesso relacionadas com as atividades da entidade adjudicante.

3. Cabe ao adjudicatário assegurar que as pessoas ou entidades que tiverem acesso à informação sujeita a sigilo referida no número anterior, assumam perante si um compromisso de confidencialidade, limitando a divulgação de informação exclusivamente às pessoas ou entidades que dela tenham de tomar conhecimento para tornar possível a sua intervenção nos processos em que intervêm.

4. O adjudicatário assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral que a entidade adjudicante ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência de ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados.

5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 16.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo e confidencialidade mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 17.ª – Proteção e tratamento de dados pessoais

1. O art.º 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.

2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para essa finalidade, por parte dos seus titulares.

3. O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;

- c)** Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d)** Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
- e)** Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f)** Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g)** Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;
- h)** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i)** Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.
4. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Cláusula 18.ª - Penalidades contratuais

1. No caso de incumprimento de algum prazo estipulado para cumprimento de determinada tarefa objeto do contrato e por causa imputável à entidade adjudicatária, pode ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A / 500$$

P corresponde ao montante da penalidade;

V é igual ao valor total dos bens;

A é o número de dias em atraso.

2. Se o valor das sanções, elencadas no número anterior, exceder 20% do preço contratual, pode a entidade adjudicante resolver o contrato.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. Não obstante a aplicação das penalidades, em caso de manifesta necessidade, o Município de Óbidos poderá adquirir a outros fornecedores os bens em falta, ficando a diferença de preços, se a houver, a cargo do adjudicatário faltoso.

6. As penas pecuniárias previstas não obstam a que a entidade adjudicante possa, nos termos legais, exigir uma indemnização pelos danos excedentes provocados.

Cláusula 19.ª - Extinção do contrato

1. O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido por ambas as partes nos termos previstos no Capítulo VIII do Título I da Parte III do CCP.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, por um período superior a 15 (quinze) dias úteis.

Cláusula 20.ª – Resolução por parte da entidade adjudicatária

1. O exercício do direito de resolução terá lugar, mediante comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à contraparte da qual conste a identificação do incumprimento contratual em causa.

2. A resolução do contrato é notificada por correio sob registo e com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.

3. A cessação dos efeitos do contrato não prejudicará a verificação de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a entrega dos bens.

4. Em caso de resolução do contrato, por qualquer título, o adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da entidade adjudicatária.

5. O adjudicatário pode resolver o contrato por incumprimento grave e reiterado das obrigações contratuais por parte da entidade adjudicante, desde que tal incumprimento seja a esta imputável, devendo notificar previamente a entidade adjudicante do motivo da resolução, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do conhecimento do facto, e dando-lhe um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para sanar tal incumprimento.

6. Verificando-se a situação de resolução ou suspensão do contrato, por motivos não imputáveis ao adjudicatário, é devido a este o pagamento correspondente aos bens fornecidos, até à data da comunicação.

Cláusula 21.^a Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório no caso de a entidade adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato, superior a 5 (cinco) dias úteis ou declaração escrita da entidade adjudicatária de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

b) Fornecimento dos bens com características técnicas desconformes das exigidas na **“PARTE II – Cláusulas e Especificações Técnicas”** do presente caderno de encargos.

2. O exercício do direito de resolução terá lugar, mediante comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à contraparte da qual conste a identificação do incumprimento contratual em causa.

3. A entidade adjudicante tem o direito de resolução imediata do contrato, sem que a entidade adjudicatária tenha direito a qualquer indemnização, em caso de incumprimento das obrigações contratuais, bem como da prossecução deficiente do objeto contratual por parte da entidade adjudicatária.

4. O exercício do direito de resolução não prejudica o dever de indemnizar a entidade adjudicante pelos eventuais prejuízos resultantes das situações previstas no número um, nem a aplicação de penalidades, se para tanto existir fundamento.

5. A resolução do contrato é notificada por correio sob registo e com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.

6. A cessação dos efeitos do contrato não prejudicará a verificação de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a entrega dos bens.

7. Em caso de resolução do contrato, por qualquer título, a entidade adjudicatária é obrigada a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da entidade adjudicante.

Cláusula 22.ª – Suspensão do contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, a entidade adjudicante pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. O adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato, comprovados os motivos de interesse público.
5. Em caso de suspensão do contrato, aplica-se o disposto no n.º 7 da cláusula anterior.

Cláusula 23.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
 - e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
 - g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4.** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5.** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 24.^a - Caução

Atendendo a que o valor do preço contratual é inferior a 500.000,00 €, não é exigida caução nem se procederá a retenção nos pagamentos, em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 25.^a - Seguros

- 1.** É da responsabilidade da entidade adjudicatária a cobertura através de contrato de seguros legalmente exigíveis, para o desempenho das atividades objeto do contrato.

2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo a entidade adjudicatária fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
3. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias constituem encargo único e exclusivo do adjudicatário, devendo os contratos de seguro ser celebrados com uma entidade seguradora autorizada e estabelecida em Portugal.
4. Os seguros previstos na presente cláusula em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades, legais, contratuais ou outras, do adjudicatário perante a entidade adjudicante e a lei vigente em Portugal.
5. O adjudicatário é integralmente responsável por qualquer acidente de trabalho que envolva os seus colaboradores e que ocorra no local de execução do contrato.

Cláusula 26.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pela entidade adjudicatária e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual, ou qualquer dos direitos ou obrigações que dele decorram, sem autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o cessionário deve apresentar à a entidade adjudicante, toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
4. O cessionário deve comprovar, designadamente, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, que detém a habilitação legal para a o fornecimento de bens em causa, e que tem a capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato exigidas à entidade fornecedora dos bens no âmbito do procedimento que lhe deu origem.

Cláusula 27.ª – Patentes, licenças e marcas registadas

1. Serão da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer dos direitos mencionados no n.º 1, fica o adjudicatário obrigado a indemnizar aquela por todas as despesas que venham a resultar da referida demanda.

Cláusula 28.ª Conflito de interesses e imparcialidade

1. O adjudicatário deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito com os interesses da entidade adjudicante.
2. O adjudicatário obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a entidade adjudicante ou para os seus direitos e interesses.
3. O adjudicatário obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da entidade adjudicante, quando tenham sido criados ou causados pelo adjudicatário ou por qualquer dos seus subcontratados.

Cláusula 29.ª – Compromisso ambiental

Na execução do contrato, o adjudicatário pugnará pelas melhores práticas ambientais que possa desempenhar, inerentes ao cumprimento da sua proposta.

Cláusula 30.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. As comunicações e as notificações dirigidas à entidade adjudicante, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 31.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 32.ª - Gestor do Contrato

1. A identificação dos gestores do contrato designados pela entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos fará parte do clausulado contratual.
2. O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato, devendo este:
 - a) Monitorizar a entrega dos bens, nomeadamente no que se refere ao controlo da sua qualidade, medição do grau de execução das atividades, anotar os desvios registados, identificar as causas e solicitar à entidade adjudicatária a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
 - b) Verificar se a entidade adjudicatária emprega recursos de forma suficiente para realizar os resultados contratados, as quantidades, o uso e a duração;
 - c) Comunicar à entidade adjudicatária, por qualquer meio escrito, em tempo útil, qualquer discordância quanto aos bens entregues e os respetivos fundamentos.
3. Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e endereço eletrónico do representante por si nomeado.
4. Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 33.ª - Foro competente

1. Na eventualidade de qualquer conflito, as partes devem sempre procurar chegar a um acordo sobre a situação em litígio, dentro dos princípios da boa-fé contratual, antes de recorrer aos meios contenciosos.
2. Quando as partes não conseguirem chegar a um acordo, nos termos do número anterior, para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

3. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 34.^a - Legislação aplicável, interpretação e validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.

2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.

3. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplica-se o regime estatuído no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

4. Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

PARTE II – CLÁUSULAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 35.^a – Especificações Técnicas

O presente procedimento compreende a Aquisição de Rádio Portáteis para o Serviço Municipal da Proteção Civil de Óbidos, devendo estes equipamentos, cumprirem o preconizado na legislação em vigor e estarem devidamente homologados e certificados pelas entidades reconhecidas para o efeito. Pretende-se que os equipamentos contenham as seguintes especificações:

DESCRIÇÃO	QTD
EQUIPAMENTO PORTÁTIL MOTOROLA OU EQUIVALENTE PARA A REDE ROB	
E/R PORTÁTIL MOTOROLA R7 PREMIUM OU EQUIVALENTE COM TECLADO E DISPLAY <u>Especificações:</u> 1000 canais, VHF (136-174 MHz), 1/4 w, funcionamento em analógico, digital e em sistemas IP Site Connect, Capacity Plus, Linked Capacity Plus e Capacity Max, teclado completo e display, 3 botões laterais programáveis e 2 botões frontais, display a cores 2.4" QVGA 320x240 píxeles, botão de emergência, cumpre normas IP68 e IP66, MIL-STD 810 H, trabalhador solitário, potente altavoz até 107 phons, Man Down, interrupção de transmissão, supressão de ruído ambiente com 2 microfones, anúncio de canal por voz, mensagens de texto lidas por voz. <u>Licenças Activas:</u> Homem caído, BT, WiFi, GNSS (constelações GPS e outras), localização em interiores, controlo mediante comandos AT por Bluetooth, gravação de áudio, sensor genérico BT. <u>Dimensões e Peso:</u> 132x56x35 316 gr <u>Inclui:</u> Unidade de radio, clip de cinturão 2.5", bateria Impressões de lítio 2450mAh IP68, antena, carregador unitário Impress, protector conector de acessórios.	3
PROGRAMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NAS REDES ROB E REPC	1

ACESSÓRIOS PARA MOTOROLA R7 OU EQUIVALENTE	
BATERIA MOTOROLA IMPRESS IÕES DE LÍTIO 2450 mAh IP68 OU EQUIVALENTE	2
CARREGADOR VEÍCULAR PARA MOTOROLA OU EQUIVALENTE	1
EQUIPAMENTO PORTÁTIL PARA A REDE SIRESP	
E/R MOTOROLA MTP3550 OU EQUIVALENTE <u>Especificações:</u> 350-470 MHz, potência de 1.8W, conector múltiplo, IP65, IP66, IP67, software interno MR18.0 sem encriptação. <u>Licenças Ativas:</u> GPS, Bluetooth e TEA2 <u>Dimensões e Peso:</u> 124 x 55 x 33,5 mm 280 g <u>Inclui:</u> Unidade de rádio; antena média (80mm) RF-GPS, bateria de iões de lítio 2200 mAh, clip de cinturão 2.5", carregador duplo de bateria (rádio e bateria), guia rápido de utilizador.	4
ACESSÓRIOS PARA MOTOROLA MTP3550 OU EQUIVALENTE	
BATERIA MOTOROLA OU EQUIVALENTE IÕES DE LÍTIO 2200 mAh	3
CARREGADOR VEÍCULAR MOTOROLA OU EQUIVALENTE (CABO A ISQUEIRO) A 12Vdc E24Vdc	2

Cláusula 36.ª – Critérios ambientais

Todos os bens no âmbito do presente procedimento devem cumprir com as normas ambientais exigidas para este tipo de bens, quando aplicável.

Cláusula 37.^a – Marcas, fabrico, proveniência

Nos termos e para cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, é proibida a fixação de especificações técnicas que façam referência a um determinado fabrico ou proveniência, a um procedimento específico que caracterize os produtos por determinado fornecedor, a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção, que tenham por efeito favorecer ou eliminar determinadas empresas ou produtos, pelo que toda e qualquer referência no presente procedimento ao abrigo do exposto é meramente indicativa, considerando-se sempre essa indicação como sendo “Equivalente”, de acordo com estabelecido no n.º 9 do mesmo artigo.